



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais (incluindo o fornecimento de mão de obra, acessórios e peças, tais como: bobinas, correias, óleo, agulhas e outros), para atender as necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), órgão integrante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico
1.3	Fundamentação legal:	Art.28, inciso I, pregão eletrônico, c/c Art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21 e artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023 (Sistema Registro de Preços)
1.4	Período:	01 (um) ano, podendo ser prorrogado
1.5	Tipo:	menor preço global

1.6 Aquisição/Serviço de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais (incluindo o fornecimento de mão de obra, acessórios e peças, tais como: bobinas, correias, óleo, agulhas e outros), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE ÚNICO	01	15849	Contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais com fornecimento de mão de obra e substituição/reposição de acessórios e peças, tais como: bobinas, correias, óleo, agulhas e outros) por outras novas e originais ou similares, para atender as necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST)	Horas	600
	1.1	481383	MÁQUINA INDUSTRIAL OVERLOCK 03 FIOS	un	01
	1.2	481383	MÁQUINA INDUSTRIAL COM MESA MARCA ZOJE	un	01
	1.3	481383	MÁQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 02 PONTOS	un	01
	1.4	481383	MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL RETA	un	01
	1.5	481383	MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL OVERLOCK	un	01



1.6	481383	MAQUINA DE CORTE 5 POLEGADAS SUN SPECIAL	un	01
1.7	481383	MAQUINA DE CORTE - MARCA RGT MAQUINA DE CORTE - MARCA	un	01
1.8	481383	MAQUINA BROCOB INDUSTRIAL	un	01
1.9	481383	MAQUINA BROCOB INDUSTRIAL	un	01
1.10	481383	MAQUINA BROCOB INDUSTRIAL	un	01
1.11	481383	MAQUINA DE CORTE 05 PONTOS - SUN SPECIAL	un	01
1.12	481383	MAQUINA POT - LAMAX	un	01
1.13	481383	MAQUINA PREGAR BOTOES - SUN SPECIAL	un	01
1.14	481383	MAQUINA DE DISCO PAR CORTE 1/4 - LUMAK	un	01
1.15	481383	MAQUINA DE DISCO PAR CORTE 1/4 - LUMAK	un	01
1.16	481383	MAQUINA DE 02 AGULHAS PESPONTO - MARCA LUMAK	un	01
1.17	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.18	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.19	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.20	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.21	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.22	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
1.23	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
1.24	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
1.25	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
1.26	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
1.27	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
1.28	481383	MAQUINA DE TRES PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01



	1.29	481383	MAQUINA DE DOIS PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
	1.30	481383	MAQUINA DE DOIS PONTOS INDUSTRIAL - MARCA SUN SPEC	un	01
	1.31	481383	MAQUINA OVERLOCK TRES FIOS - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.32	481383	MAQUINA OVERLOCK TRES FIOS - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.33	481383	MAQUINA OVERLOCK TRES FIOS - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.34	481383	MAQUINA OVERLOCK TRES FIOS - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.35	481383	MAQUINA OVERLOCK TRES FIOS - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.36	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOCK	un	01
	1.37	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA	un	01
	1.38	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA	un	01
	1.39	481383	MAQUINA DE CORTE DE DISCO 3,5 POL SUN SPECIAL	un	01
	1.40	481383	MAQUINA DE CORTE DE DISCO 3,5 POL SUN SPECIAL	un	01
	1.41	481383	MAQUINA DE COSTURA SINGER MODELO LP 402B	un	01
	1.42	481383	MAQUINA DE COSTURA SINGER MODELO LP 402B	un	01
	1.43	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.44	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.45	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.46	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.47	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.48	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.49	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.50	481383	MAQUINA DE COSTURA OVERLOQUE 1 AGULHA 3 FIOS	un	01
	1.51	481383	MAQUINA MECÂNICA BOTONEIRA COSTURA	un	01



1.52	481383	MAQUINA ELETRICA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.53	481383	MAQUINA ELETRICA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.54	481383	MAQUINA ELETRICA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.55	481383	MAQUINA ELETRICA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.56	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.57	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.58	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.59	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.60	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.61	481383	MAQUINA DE COSTURA RETA 1 AGULHA	un	01
1.62	481383	MAQUINA ELETRICA DE COSTURA ZIG ZAG 2 E 3 PONTOS	un	01
1.63	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 3 PONTOS	un	01
1.64	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 3 PONTOS	un	01
1.65	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 3 PONTOS	un	01
1.66	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 3 PONTOS	un	01
1.67	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 3 PONTOS	un	01
1.68	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 2 PONTOS	un	01
1.69	481383	MAQUINA DE COSTURA ZIG ZAG 2 PONTOS	un	01
1.70	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL TRAVETE MECANICA	un	01
1.71	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARETI PLANA ABERT	un	01
1.72	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL - 2 AGULHAS PRES PONTA PARA VIES	un	01
1.73	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL - GALONEIRA (INTERL MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL - GALONEIRA (INTERLOCK) BT	un	01
1.74	481383	MAQUINA GALONEIRA BT INTERLOCK - MARCA GENSY	un	01



	1.75	481383	MAQUINA TRAVETE - MARCA LUMAK	un	01
	1.76	481383	MAQUINA GALONEIRA COLARETE ABERTA - MARCA GENSY	un	01
	1.77	481383	MAQUINA BOLONEIRA C/ CORTADOR - MARCA MARLU	un	01
	1.78	481383	MAQUINA DUAS AGULHAS C/ PESPONTO - MARCA GENSY	un	01
	1.79	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARET C/ CATRACA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.80	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARET C/ CATRACA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.81	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARET C/ CATRACA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.82	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL 3 PONTOS ZIGZAG ELETRONICA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.83	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL 3 PONTOS ZIG ZAG ELETRONICA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.84	481383	MAQUINA DE COSTURA RTA C/ REFILADOR INDUSTRIAL- MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.85	481383	MAQUINA DE COSTURA RTA C/ REFILADOR INDUSTRIAL- MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.86	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL OVERLOCK 3 FIOS- MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.87	481383	MARCA MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL INTERLOCK BT - MARCA WESTMAN	un	01
	1.88	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARETE ABERTA - MARCA WESTMAN	un	01
	1.89	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL COLARETE ABERTA - MARCA SUN SPECIAL	un	01
	1.90	481383	MAQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL 2 AGULHAS - MARCA WESTMAN	un	01
02	428156	Substituição/Reposição de peças, acessórios e insumos para as máquinas de costuras, não ultrapassando o correspondente a 30% (trinta por cento) para compra de um equipamento novo similar no mercado, sendo reservado um valor estimado mensal para desembolso com valores de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais) mensais, perfazendo ao final de 12 (doze) meses o valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). obs: Os valores referentes ao faturamento de peças		Mês	12



			serão variáveis sendo calculados de acordo com demanda, sendo o valor previsto estimado.		
--	--	--	--	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da **publicação do extrato contratual**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua prestação é **essencial para assegurar o pleno funcionamento das atividades de formação profissional e produtiva vinculadas à utilização dos referidos equipamentos**. A manutenção **preventiva deve ser realizada periodicamente**, conforme cronograma técnico, para garantir o bom desempenho e a segurança das máquinas, evitando falhas que comprometam a continuidade dos trabalhos. Já a **manutenção corretiva precisa estar disponível sempre que ocorrerem falhas ou avarias**, exigindo resposta imediata para que não haja paralisação das atividades. Considerando que os equipamentos são de uso constante e essencial para a consecução dos objetivos institucionais, a manutenção permanente é indispensável para **preservar o patrimônio público, evitar prejuízos financeiros com consertos emergenciais ou substituições e garantir a continuidade dos serviços prestados à população**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, via Registro de Preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

O objeto do presente ETP, em elaboração pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico (SECTIDE) tem como objetivo a escolha da melhor solução para atender as necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), em razão da necessidade de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais, pertencentes ao CEVEST, sendo justificada em virtude de que todas as máquinas que estão em operação, apresentam desgaste significativo pelo tempo e volume de uso, necessitando constantemente de reparos e substituição de peças. No presente momento dez máquinas encontram-se paradas, necessitando de reparo, fato que prejudica a qualidade dos cursos oferecidos, bem como diminui a demanda de vagas oferecidas à comunidade. É imprescindível o perfeito funcionamento das máquinas para a realização das atividades desenvolvidas nos cursos profissionalizantes. A busca de soluções, objeto deste estudo preliminar abrange, além do fornecimento da mão de obra, os materiais e ferramentas necessários para a perfeita execução do contrato, de acordo com as especificações. A manutenção preventiva e corretiva das máquinas é importante para mantê-las em perfeitas condições de uso e trata-se de medida imprescindível para atender as atividades acadêmicas, bem como reduzir custos financeiros futuros com aquisição de novos bens, o que causaria ônus à municipalidade. Ademais, ressalta-se que a SECTIDE não possui no seu quadro de funcionários, servidores habilitados para o desenvolvimento das atividades objeto da contratação pretendida. Será a primeira contratação em tela, uma vez que até então ficamos na dependência de doações de peças e mão de obra, ficando máquinas paradas por meses, diminuindo assim a qualidade e quantidade dos cursos.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Tendo em vista que as máquinas de costura são ferramentas de ensino/aprendizado dos cursos ofertados pelo CEVEST e, portanto, de uso contínuo e intenso; Tendo em vista que toda máquina apresenta um desgaste natural de seus mecanismos, pelo tempo e pela intensidade de uso; **Percebemos que a manutenção preventiva é necessária para que os equipamentos de costura continuem a apresentar um funcionamento adequado, cumprindo a função para a qual foram adquiridos e a manutenção corretiva se faz necessária para que as falhas mecânicas de funcionamento nestes equipamentos sejam corrigidas e voltem a oferecer o serviço para os quais foram adquiridos.** Tratam-se de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais, **conforme descrição em tabela inserida no item 5 (Estimativa das quantidades)**, pertencentes ao Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), órgão integrante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, no intuito de garantir o desempenho das atividades nos cursos gratuitos oferecidos à população, com peças inclusas e valores fixos por hora trabalhada, pois a grande dificuldade que encontramos é que não temos como identificar a peça que poderá ser danificada para aberturas de processos de aquisições de peças com tamanha agilidade.

3.2 Vislumbra-se resultados positivos obtidos ao final do processo, considerando a eficácia da solução implementada, a satisfação dos alunos e instrutores, bem como eventuais impactos positivos observados, como a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos públicos.

3.3 Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, os benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiência de cada uma das soluções, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções apresentadas, **conclui-se que a SOLUÇÃO 3 (Contratação de serviços de manutenção, corretiva e preventiva, troca de peças, manutenção e suporte para as máquinas atualmente em utilização), descrita no item 6 “Levantamento de Mercado”, afigura-se ideal para atender à demanda do CEVEST.**

3.4. A solução indicada pela equipe de planejamento é a **contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) de 90 (noventa) máquinas de costuras industriais com fornecimento de mão de obra e substituição/reposição de acessórios e peças, para atender as necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), na modalidade Licitação, na forma Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço Global.** Como procedimento auxiliar indica-se o **sistema de Registro de preços (artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023)**, levando-se em consideração que estamos trabalhando com um quantitativo estimado de horas e de peças a serem substituídas, uma vez que não é possível prever com exatidão quantas máquinas apresentarão defeito, quais os problemas técnicos serão corrigidos e quais peças precisarão ser substituídas ao longo do período tratando-se, assim, de situações imprevisíveis. Assim, por não se tratar de um quantitativo fixo e imutável entendemos que a contratação em tela, **via registros de preços** é a melhor opção para evitar desperdícios e primar pela economicidade dos recursos públicos, atendendo da melhor forma a demanda desta Secretaria, promovendo a qualidade dos serviços públicos e contribuindo para o desenvolvimento dos serviços prestados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

São requisitos mínimos de contratação:

4.1. Entregar o serviço da presente contratação dentro do prazo constante da proposta, no local, nas especificações e quantidades determinadas no edital;



- 4.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação;
- 4.3. Responder pelos vícios e defeitos dos objetos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição, podendo haver a subcontratação para instalação e teste dos equipamentos, desde que previamente autorizada pela Administração em pedido formal e sob responsabilidade da adjudicatária;
- 4.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos ofertados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, operação e/ou manuseio inadequado, negligência dos usuários, casos fortuitos e de força maior;
- 4.5. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- 4.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.7. Arcar com todas as despesas como transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do contratado, inclusive com o deslocamento da máquina até a oficina onde será feito o conserto, caso necessário;
- 4.8. Responsabilizar-se pela garantia das peças e serviços pelo período de seis meses a contar da entrega do objeto;
- 4.9. Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada
- 4.10. A recusa da adjudicatária em entregar o (s) material (is) ou produto (s) no prazo fixado na convocação caracteriza inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.11.1. Evitar a utilização de produtos irritantes/tóxicos;
 - 4.11.2. Evitar a utilização de equipamentos que sejam sonoramente incômodos, optando por equipamentos mais eficientes;
 - 4.11.3. Devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental através da implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre a destinação de resíduos sólidos), seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010. A Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.
 - 4.11.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água.
 - 4.11.5. Prover o uso e a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.
- 4.12. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato;
- 4.13. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros;
- 4.14. Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;



4.15. Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que se referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações;

4.16. Os serviços decorrentes do presente incluem:

- 4.16.1. Manutenção Preventiva;
- 4.16.2. Manutenção Corretiva;
- 4.16.3. Substituição/reposição de peças, componentes e acessórios.

OBSERVAÇÃO: As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas por outras peças, componentes e acessórios, novos e originais/similares.

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.17. Todo e qualquer ajuste, direta ou indiretamente ligado às máquinas de costura deverão ser executados pela contratada.

4.18. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva (mecânica e elétrica) deverão ser realizados por técnicos especializados, com o emprego de técnica aperfeiçoada e ferramentas adequadas para o tipo de equipamento, no prazo MÁXIMO DE ATÉ 48 HORAS úteis, após a solicitação, de segunda a sexta-feira, obedecendo aos horários determinados pelos Fiscais do Contrato, respeitando o Roteiro de Manutenção descrito abaixo;

4.19. Manutenção Preventiva:

Periodicidade: Mensal

- a) Limpeza interna e externa no equipamento;
- b) Conferência dos parâmetros operacionais;
- c) Lubrificação de todo o equipamento.
- d) Deverá ser entregue à CONTRATANTE um cronograma de execução dos serviços de manutenção preventiva, com base na periodicidade.

4.20. Manutenção Corretiva:

Reparo de eventuais falhas nas máquinas de costuras mediante substituição de módulos/componentes/dispositivos elétricos-eletrônicos - mecânicos (denominados partes); ajustes nas partes elétricas - eletrônicas - mecânicas ou componentes.

- a) Os serviços de manutenção corretiva, quando necessários, serão solicitados pela CONTRATANTE e deverá ser precedido de um orçamento que deverá ser preparado pela CONTRATADA, de forma detalhada, abrangendo a(s) peças(s), marca(s), número do(s) tombamento(s), quantidade(s), referência (s) etc., a serem substituída(s);
- b) Os serviços serão executados no local onde a máquina de costura estiver instalado exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, ou quando a natureza do serviço exigir local específico, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE.
- c) Todas as peças, componentes e materiais, quando for necessária a sua substituição, as mesmas deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, não sendo aceito peças, usadas ou reconhecidas, ou seja, deverão ser novas, genuínas/similares, bem como o orçamento prévio, será submetido à verificação de que os preços constantes do mesmo são compatíveis com os praticados no mercado;
- d) Quando da apresentação do orçamento prévio, a CONTRATANTE determinará o prazo máximo para apresentação do mesmo, que não poderá exceder 48 (quarenta e oito) horas;
- e) O orçamento prévio deverá discriminar todas as peças com as respectivas referências, e deverá indicar obrigatoriamente o prazo para a execução dos serviços orçados, contados da data de entrada do equipamento em sua oficina, quando for o caso, ou quando o conserto não puder ser feito no local onde se encontra instalado o equipamento;



- f) Todas as peças, componentes e materiais quando da sua substituição deverão ser entregues à CONTRATANTE, após o conserto do equipamento, mediante documento;
- g) Os serviços de manutenção corretiva somente serão executados, pela CONTRATADA, após a aprovação da CONTRATANTE;

4.21. Deverá ser entregue relatório da manutenção preventiva e corretiva à CONTRATANTE (OBRIGATÓRIO A ENTREGA MENSAL JUNTO A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS), onde deverão constar os seguintes itens:

- a) Descrição sumária das máquinas de costura revisados constando marcas/modelos, número de série e do tombamento patrimonial;
- b) Data, horário do início e término dos serviços;
- c) Condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento das máquinas de costura revisadas.

4.22. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a **publicação do extrato contratual**, executar uma manutenção preventiva em todas as máquinas de costura.

4.23. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão e limpeza nas máquinas de costura, bem como orientações para utilização normal e adequada dos mesmos;

4.24. As visitas de Manutenção Preventiva e Corretiva deverão ser efetuadas em dias úteis, no horário de expediente do centro de Formação do Vestuário (CEVEST), ou seja, de 2ª (segunda) a 6ª (sexta) feira, das 07:30 às 20:30, no prazo máximo de 6 (seis) horas, contados a partir do momento em que for realizada a chamada telefônica;

4.25. Os materiais, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena execução dos serviços correrão à conta da empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

4.26. O prazo de execução dos serviços será de 01 (um) ano a partir da data do empenho, podendo ser prorrogado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. A contratada obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - entregar o serviço da presente licitação dentro do prazo constante da proposta, no local, nas especificações e quantidades determinadas no edital;

II - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;

III - responder pelos vícios e defeitos dos objetos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição, podendo haver a subcontratação para instalação e teste dos equipamentos, desde que previamente autorizada pela Administração em pedido formal e sob responsabilidade da adjudicatária.

IV - reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos ofertados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, operação e/ou manuseio inadequado, negligência dos usuários, casos fortuitos e de força maior;

V - responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

VI - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII - arcar com todas as despesas como transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado, inclusive com o deslocamento da máquina até a oficina onde será feito o conserto.



VIII – responsabilizar-se pela garantia das peças e serviços pelo período de seis meses a contar da entrega do objeto.

5.2. Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega.

5.3. A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

5.4. A recusa da adjudicatária em entregar o (s) material (is) ou produto (s) no prazo fixado na convocação caracteriza inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

5.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.5.1. Evitar a utilização de produtos irritantes/tóxicos;

5.5.2. Evitar a utilização de equipamentos que sejam incômodos, optando por equipamentos mais eficientes;

5.5.3. Devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental através da implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre a destinação de resíduos sólidos), seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução

Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010. A Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

5.5.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água.

5.5.5. Prover o uso e a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

5.6. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.

5.7. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

5.8. Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

5.9. Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que se referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

5.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.11.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

5.11.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

5.11.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame

5.12. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.



6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município de Nova Friburgo CNPJ: 28.606.630.0001-23, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, nº 225 .

7.2 Todos os serviços deverão ser efetuados à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, situada à Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina).

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.



7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art.28, inciso I, pregão eletrônico, c/c Art. 82 a 86 da Lei nº 14.133/21 e artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023 (Sistema Registro de Preços).

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor



rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da



participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:



- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;



10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;



10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, sendo aplicadas isoladas. Apenas a sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais.

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 145.500,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico	56001.1136300312.319	172000000017	3.3.90.39.04

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

Nova Friburgo/RJ, 15 de Setembro de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Felippe de Jesus Schenquel Subsecretário de Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior Mat. 063173	<hr/> Franklin Junior Guimarães Medeiros Coordenador CEVEST Mat. 063607



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Walter José Fernandes de Oliveira
Secretário de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Econômico
Mat. 063474